



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

03 de julho 2013

www.sed.sc.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal Nortesul	Editoria: Educação	Data: 02/07/2013
Assunto: Araranguá recebe Etapa Regional da Conferência Nacional de Educação		Página: Online

Jornal Nortesul Na Fronteira da Notícia



Araranguá recebe Etapa Regional da Conferência Nacional de Educação

Iniciada na manhã desta terça-feira, 02, no Hotel Morro dos Conventos em Araranguá, a etapa Regional da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, que apresenta o tema ‘O Plano Nacional da Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação

Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração’, mobilizou um grande número de representantes dos 15 Municípios do Extremo-Sul para as discussões. A realização do evento que encerra na tarde de quarta-feira, 03, é da Comissão Organizadora da Conferência Intermunicipal de Educação e do Fórum Estadual de Educação, com apoio do Governo de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria do Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Apresentações culturais do Município de Praia Grande, entre elas da orquestra e do Projeto Mais Educação, abrilhantaram a abertura do evento, que contou com a presença da Secretária-adjunta da Secretaria de Estado da Educação, Elza Moretto. “Discutir a educação é discutir a vida, é buscar a qualidade social, para o bem de todos. Saio desta primeira etapa Regional realizada no Estado animada, porque vejo que a Região está engajada de forma plural e democrática”, disse.

O secretário do Desenvolvimento Regional de Araranguá, Heriberto Afonso Schmidt, falou da importância das discussões. “É na sala de aula que se formam bons cidadãos. A missão dos educadores e de todas as pessoas que atuam no setor é nobre. Que o resultado destas discussões contribua para o desenvolvimento da educação nacional”.

A solenidade de abertura contou ainda com a presença dos Prefeitos Sandro Maciel (Araranguá), Ronaldo Pereira da Silva (Balneário Gaivota) e Aldoir Cadorin (Ermo); a secretária executiva do Fórum Estadual de Educação, Edna Batistoti; o Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, Ozair da Silva; a gerente Regional de Educação,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Celina Hobold da Rosa; a Secretária Municipal de Educação, Rosângela Casagrande; o representante do Conselho Municipal de Educação, Manoel Soares, além dos demais profissionais da educação, e lideranças do Extremo-Sul.

Um dos momentos iniciais da Conferência Regional foi de leitura e aprovação do regimento interno, realizado pela coordenadora Regional da CONAE, Rosa Maria Espindola Nagel (22ª SDR) e o Professor Werther Serralheiro (IFSC). Ainda durante a manhã, o professor do Instituto Federal de Santa Catarina, Idézio Machado de Oliveira, proferiu uma palestra sobre "O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: Organização e Regulação".

Até esta quarta-feira, 03, na plenária de eixo serão discutidos os 7 eixos previstos no Documento Referência. Após esta etapa, o Fórum reunirá as deliberações de todos os encontros realizados na Conferência Estadual da Educação. O evento estadual será em Florianópolis entre os dias 7 e 9 de setembro. O resultado da CONAE Estadual será levado para a etapa Nacional, que ocorrerá em Brasília em fevereiro de 2014.

A Conferência Nacional de Educação tem um caráter mobilizador e propositivo, canalizando as aspirações e expectativas da sociedade brasileira, construindo com o Poder Executivo e Legislativo propostas para a definição e implementação de políticas públicas para a educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	Data: 03/07/2013
Assunto: Obras em escola indígena		Página: 22

Notícias do Dia

ESCOLA INDÍGENA

MPF cobra providências

O MPF (Ministério Público Federal) deverá solicitar a interferência do Judiciário nos próximos dias a respeito da Ação Civil Pública proposta em abril último para que a Secretaria Estadual de Educação realizasse obras na Escola Indígena Wherá Tupã-Poty, da aldeia guarani Yynn Moroti Whera, de Biguaçu. Após vistoria na última segunda-feira, o MPF constatou que pouca coisa foi feita para corrigir os problemas estruturais da edificação.

Há anos, a sede da escola apresenta problemas de rachaduras nas paredes e calçadas, além de goteiras e infiltrações. Em fevereiro, o cacique da aldeia decidiu com a comunidade substituir por dois meses as aulas regulares por atividades extra classe ao ar livre. Segundo o diretor da Tupã-Poty, Richard Sarmiento, a preocupação é com a segurança dos estudantes e funcionários, já que há riscos de desmoronamento de partes do prédio.

Em abril de 2012, a procuradora da República Analúcia Hartmann já havia cobrado, em reunião específica, uma solução do secretário de Educação do Estado, Eduardo Deschamps, para as reformas necessárias. Apenas em outubro houve levantamento técnico, que comprovou as condições insalubres da escola.

Na visita feita à comunidade nesta segunda-feira, para verificar o andamento das obras, somente dois funcionários da empreiteira contratada trabalhavam no local. A reforma também teria sido paralisada duas semanas após seu início, e foi retomada, coincidentemente, no dia da visita da procuradora.



BIGUAÇU

Obras na escola da Aldeia Yynn Moroti Whera não atendem à exigência do MPF



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Joinville

Data: 03/07/2013

Assunto: Maratona Universitária de Eficiência Energética em SP

Página: 12

A NOTÍCIA

Alunos da Sociesc criam protótipo de carro que consome menos combustível

CAMILA GUERRA

camila.guerra@an.com.br

A dois meses da Maratona Universitária de Eficiência Energética em São Paulo, a equipe CV, do curso de engenharia mecânica da Sociesc em Joinville, está com a base do protótipo do carro pronta, mas precisa de patrocínio para concluir o veículo e fazer os testes necessários para a competição. No ano passado, primeira vez do grupo na maratona, a equipe garantiu o 13º lugar, ficando na frente de equipes com mais tradição, como a da USP, UFSC e da Mackenzie.

O gestor de marketing da equipe, Fernando José Eble, conta que eles já reduziram significativamente o peso do protótipo, que no ano passado tinha a estrutura em aço e neste ano passou a ser de alumínio. "Precisávamos de um

automóvel mais leve, que consumisse menos combustível", explica. Desta forma, eles reduziram o peso de 59,8 quilos para 25 quilos.

"A gente quer ficar entre os cinco primeiros", revela Fernando. Para atingir a meta, o grupo pretende aumentar a eficiência do motor, deixar a direção mais leve e substituir as rodas atuais por tubulares – utilizadas em bicicletas de competição –, além de aperfeiçoar a aerodinâmica e o sistema de freios. Para fazer essas modificações, a equipe precisa de mais recursos. "Conseguimos 15 patrocínios, mas o custo total do carro é de R\$ 20 mil e ainda faltam R\$ 15 mil para concluirmos o protótipo", afirma o coordenador do curso de engenharia mecânica da Sociesc, Marcelo Teixeira dos Santos.

Aplicar a teoria aprendida em sala de aula na prática é, na visão dos estudantes, a principal vantagem de participar do projeto. "Esses alunos acabam se destacando perante o mercado, é um diferencial para o currículo", observa o coordenador. A maratona acontece de 26 a 30 de agosto, no Kartódromo Ayrton Senna, em São Paulo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

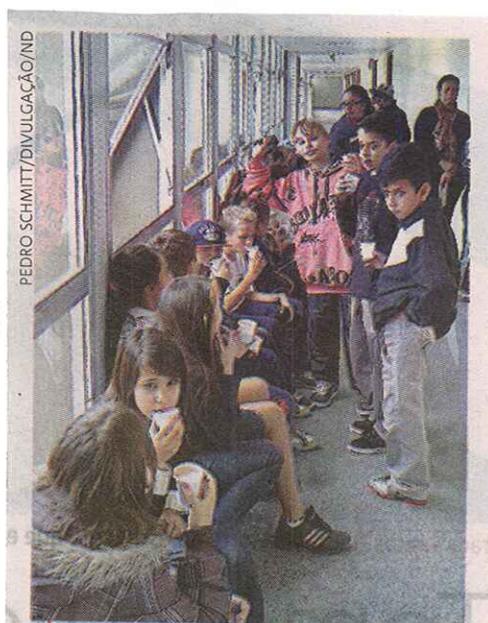
Editoria: Roberto Azevedo

Data: 03/07/2013

Assunto: Visita de alunos à Alesc

Página: 02

Notícias do Dia



PEDRO SCHMITT/DIVULGAÇÃO/ND

O FUTURO E O CHOCOLATE

Os alunos da Escola Municipal Básica William Theodor Schurmann vieram de Blumenau para conhecer a Capital e tomaram um chocolate quente para amenizar o frio no gabinete da deputada Ana Paula Lima. Tomaram conta do corredor. Quem sabe se conhecer o parlamento hoje fará com que, no futuro, a maior manifestação desta turminha seja mesmo no voto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 03/07/2013

Assunto: Royalties para educação

Página: 10

Notícias do Dia

ROYALTIES DO PETRÓLEO

Governo insiste em 100% para educação

O governo vai tentar restabelecer no Senado o repasse de 100% dos royalties do petróleo para a educação, e não dividido com a saúde, como determina projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada. Embora o Palácio do Planalto admita que terá dificuldades em retomar o projeto original, os ministros Aloizio Mercadante (Educação) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais) apresentaram ontem uma proposta alternativa para viabilizar o projeto original. Uma emenda aprovada na Câmara estabeleceu que a educação ficará com 75% dos recursos e a saúde com 25%.

O texto aprovado pela Câmara determina que 50% dos recursos do fundo social do pré-sal, uma espécie de poupança dos recursos da exploração do petróleo, sejam destinados à educação. Mas o governo defende que 50% dos rendimentos do fundo sejam aplicados no setor. Nesse modelo, a parcela do governo destinada a compor o fundo seria aplicada na educação. "Assim aumentamos imediatamente os recursos dos royalties e preservamos o conceito do fundo social como um fundo que devemos aplicar apenas os rendimentos das aplicações", disse Mercadante.

Criado em 2010, o objetivo do fundo é financiar "projetos nas áreas de combate à pobreza".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina

Editoria: Geral

Data: 03/07/2013

Assunto: Pré matrícula do PRoUni / Lista de espera do SISU

Página: 14

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Pré-matricula do ProUni

BRASÍLIA - Os candidatos pré-selecionados na primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) têm até a próxima segunda-feira para comprovar nas instituições de ensino as informações dadas na ficha de inscrição e, se for o caso, participar de seleção própria da faculdade ou universidade. A lista dos pré-selecionados foi divulgada domingo e pode ser consultada no site do programa em www.siteprouni.mec.gov.br. O resultado da segunda chamada está previsto para 16 de julho.

Lista de espera do Sisu

BRASÍLIA - Os candidatos que não foram selecionados em nenhuma das duas chamadas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do segundo semestre de 2013 podem participar da lista de espera. O prazo para integrar a lista vai até 12 de julho. Podem participar da lista de espera tanto aqueles que não foram selecionados em nenhuma das opções de curso quanto os que foram selecionados na segunda opção, independentemente de terem feito a matrícula. Informações no site www.sisu.mec.gov.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

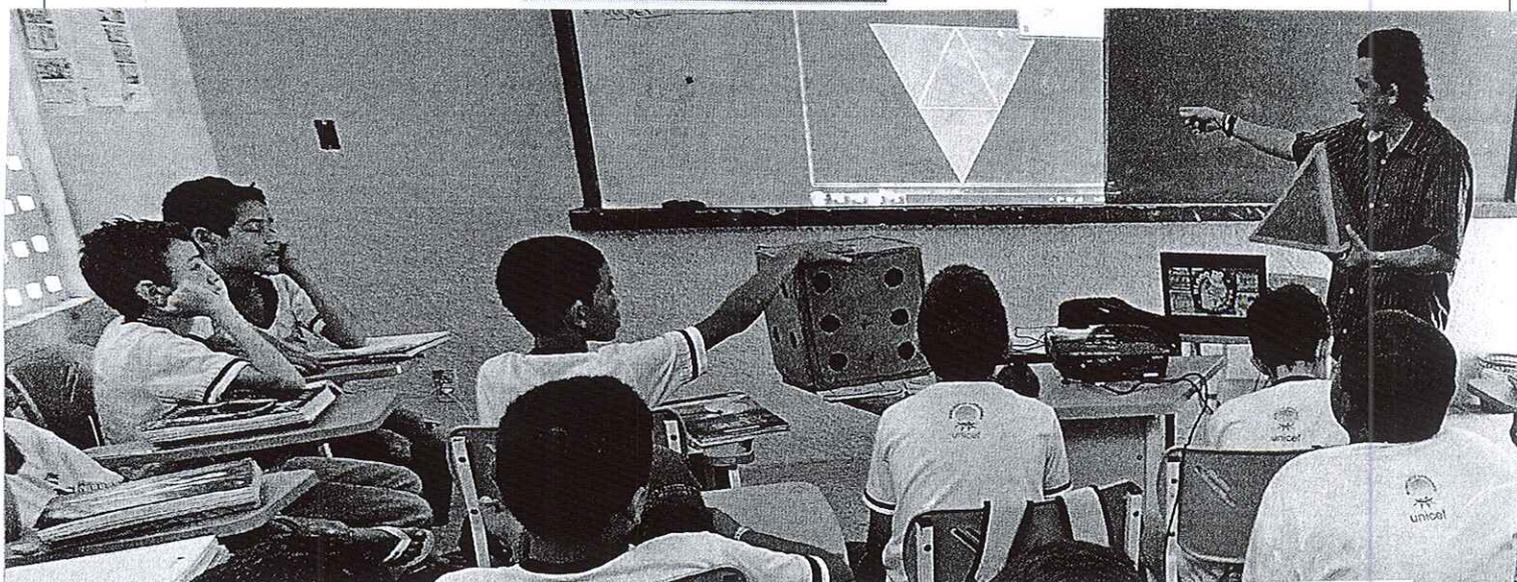
Veículo: Revista Época

Editoria: Educação

Data: 01/07/2013

Assunto: Mais dinheiro não basta

Página: Online



Mais dinheiro não basta

Para melhorar as escolas do país, é preciso enfrentar alguns interesses. O primeiro passo é superar as disputas políticas e ideológicas

Quem foi para as ruas pela qualidade do ensino e já guardou sua faixa de protesto achando que está tudo resolvido, com a aprovação dos royalties do pré-sal para a educação, foi para casa cedo demais. O projeto de lei aprovado pelos deputados (falta passar pelo Senado) põe à disposição do setor cerca de R\$ 280 bilhões. Um senhor investimento, que pode até ser bem-vindo, mas que só valerá cada centavo se os graves problemas estruturais que emperram o avanço da educação brasileira forem atacados. “Não adianta nada colocar mais dinheiro se ele continua sendo mal gasto”, afirma João Batista Araujo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, dedicado a promover a melhoria da educação.

Como usar esse dinheiro é a questão crucial. O Plano Nacional de Educação

(PNE) sugere estratégias para o cumprimento de metas de qualidade. Mas está parado desde 2010, à espera de aprovação. São metas como universalizar a educação dos 4 aos 17 anos e oferecer ensino em tempo integral para pelo menos um quarto dos estudantes.

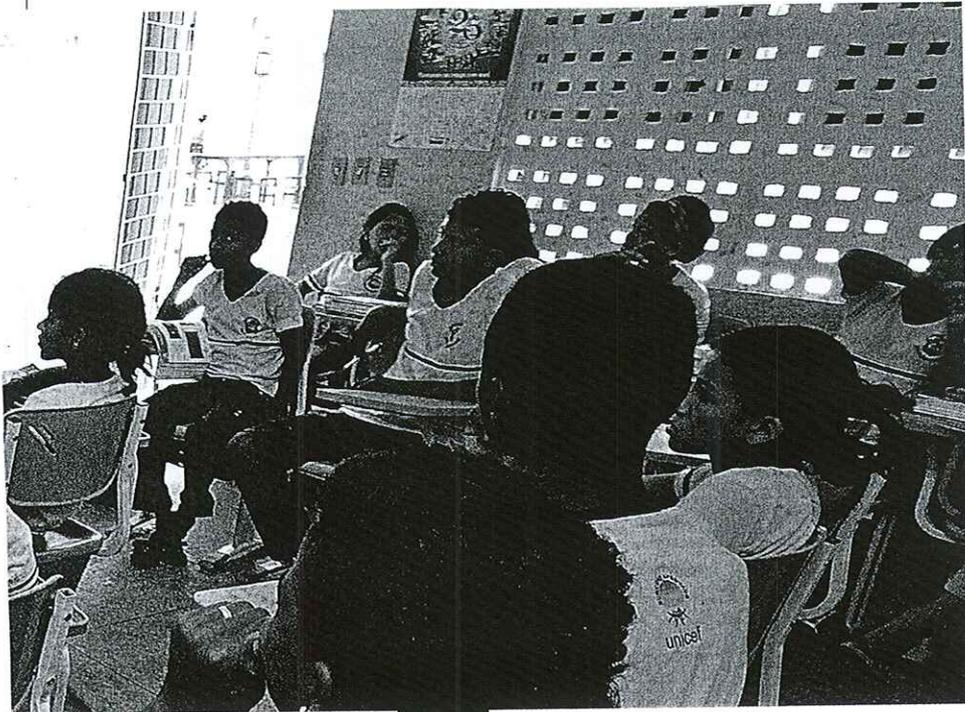
Antes de definir qualquer plano, é fundamental combinar que os interesses políticos e ideológicos fiquem de fora. Sempre. Esse é um dos segredos do sucesso da reforma do ensino de países como Coreia do Sul, Irlanda ou Chile, que têm índices educacionais superiores aos do Brasil. Há 30 anos, naqueles países, pobres e ricos, direita e esquerda, oposição e situação, acadêmicos e sindicalistas, todos acordaram para a prioridade: ensinar direito a todos os alunos. Foi esse pacto que tornou as mudanças possíveis.

O outro segredo é a prioridade dos investimentos. Em comparação com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil não fica muito atrás em quanto aplica do PIB na educação. São 5,6% – a média dos países da OCDE é de 6,3%. A diferença está no que é gasto por aluno em cada etapa do ensino. Os países mais ricos gastam mais com o ensino básico. São, em média, R\$ 17.600 por ano por aluno (do 1º ao 9º ano). O Brasil desembolsa R\$ 6 mil. Em compensação, o custo anual do universitário brasileiro está na mesma faixa dos países ricos: R\$ 29 mil.

Depois de eliminar os interesses políticos e dar mais prioridade aos primeiros anos da escola, o ideal é começar organizando a bagunça do currículo. Não há no país uma definição clara e unificada do que os alunos devem saber ao final de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



DESEMPENHO
Alunos durante uma aula numa escola pública do interior do Ceará. É preciso bons professores e gestores para oferecer educação de qualidade para todos

cada série. Cada cidade, Estado, escola federal e privada definem seu próprio conteúdo. O currículo único tem servido de espinha dorsal para reformas nos Estados Unidos, que têm um sistema muito parecido com o brasileiro por sua descentralização. A partir dessas definições, o professor terá mais clareza do que ensinar em cada aula. As faculdades que formam os professores saberão o que ensinar aos futuros mestres, e os livros didáticos apresentarão conteúdos mais ordenados. Isso também tornará as avaliações nacionais de desempenho, que pretendem ser usadas como termômetro do desempenho educacional do país, mais eficazes. Hoje, alunos de um mesmo ano participam da mesma avaliação no país inteiro sem ter aprendido as mesmas lições.

Não há, entretanto, currículo que pare em pé sem bons professores. Investir nes-

ses profissionais é emergencial e indispensável. Não se trata apenas de aumentar salários e gratificações. Nem de exigir doutorado. Apenas de definir um plano de carreira, baseado no mérito, para atrair e reter quem é bom. "O professor precisa saber que, quanto mais ele estudar e se dedicar, mais ganhará", afirma Cleuza Repulho, presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação. Enquanto o maior atrativo do magistério forem a estabilidade e a aposentadoria integral, a profissão seguirá repelindo talentos.

Nenhum passo pode ser dado sem um choque de gestão, promovido em colaboração entre municípios, Estados e governo federal, tanto nas redes de ensino quanto nas escolas. Em grande maioria, os diretores ainda são escolhidos por indicação ou eleitos em pleitos de um candidato só. Os últimos resultados da avaliação nacional mostram que as melhores redes, as que conseguem dar educação de qualidade em todas as escolas (e não apenas em escolas "modelo"), são as que profissionalizaram a gestão. A lógica se repete nas escolas: as melhores são as que selecionaram diretores com critérios de competência. Cabe à sociedade exigir essas mudanças, para que valha o direito constitucional da educação de qualidade para todos. ♦

PLANO DE AÇÃO

Melhorar a educação é uma conquista gradual, com resultados demorados. Só dará certo se a mudança for guiada pelo objetivo exclusivo de fazer o aluno aprender. Os primeiros dois itens são imprescindíveis para que os demais se concretizem



PARA FAZER JÁ

1 TIRAR A IDEOLOGIA E A POLÍTICA DAS DISCUSSÕES

É preciso um pacto entre políticos, governantes, sindicatos, acadêmicos e outros setores da sociedade, para garantir que a qualidade na educação seja tratada como prioridade, acima de interesses partidários e ideológicos

2 EQUILIBRAR E FISCALIZAR OS INVESTIMENTOS

Não adianta apenas aumentar o volume de dinheiro investido na educação. É preciso criar mecanismos que garantam, primeiro, que escolas, municípios e Estados que precisam mais recebam mais e, segundo, uma gestão transparente dos recursos



PARA O LONGO PRAZO

1 ACABAR COM A CONFUSÃO DO CURRÍCULO

Definir e padronizar para todos os Estados e municípios o que os alunos precisam aprender em cada série é o ponto de partida para nortear o trabalho do professor em classe, para determinar o que ele deve aprender na faculdade, para qualificar o conteúdo dos livros didáticos e para tornar as avaliações nacionais ferramentas mais poderosas de gestão da qualidade da educação

2 VALORIZAR A CARREIRA DO MESTRE

A qualidade do ensino depende essencialmente do professor. Não adianta só aumentar o salário e oferecer bonificações. Para atrair e manter bons profissionais, é preciso definir um plano de carreira para a categoria que leve em consideração o mérito. Enquanto o maior atrativo do magistério forem a estabilidade de emprego e a aposentadoria, ter um bom professor na sala de aula continuará a ser uma questão de sorte

3 FAZER BOA GESTÃO DAS ESCOLAS

A maioria dos diretores de escola ainda é indicada politicamente ou eleita para cargos de dois anos. A seleção de diretores precisa ser criteriosa e levar em consideração suas habilidades como educador e administrador



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo

Editoria: Cotidiano

Data: 03/07/2013

Assunto: Senado aprova mais verba para a Educação

Página: Online

EM JORNAL A RESERVA DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Senado aprova mais verba para Educação

Aplicação de 75% de royalties do petróleo ao setor e 25% para saúde passa em votação simbólica; texto volta à Câmara e União aceita mudanças

O Senado aprovou no final da noite desta terça-feira, por votação simbólica, o projeto que destina recursos obtidos com a exploração do petróleo e gás natural para os setores da educação (75%) e da saúde (25%). O texto voltará à Câmara, já que houve mudanças. Mas o governo federal foi obrigado a acatar as regras de partilha definidas pelo Congresso, apesar de inicialmente defender a destinação integral dos royalties somente para a educação.

A presidente Dilma Rousseff já indicou que abrirá mão do pacto que propôs na semana passada - 100% dos royalties para a educação - e deve sancionar a lei sem vetos. Pela manhã, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, tentaram articular o retorno ao texto original, que previa 100% dos royalties para a educação. Os senadores mantiveram o trecho da Câmara.

Apesar da resistência em seguir o governo, o Senado acatou um pedido de Ideli, que classificou como "extremamente delicada" a alteração sobre o Fundo Social - composto por recursos que o governo arrecada com o pré-sal, petróleo, concessões e outorgas. Para o Executivo, a criação do fundo garante que recursos de investidores do petróleo permaneçam no Brasil por mais tempo.

Os senadores voltaram ao texto original e propuseram que 50% dos rendimentos do fundo sejam remetidos à educação. Na Câmara, o relator André Figueiredo (PDT-CE) havia proposto a destinação de metade dos recursos do fundo - e não de seus rendimentos - para a educação.

Para dar segurança jurídica à proposta, o relator no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), mudou o texto enviado pela Câmara. Ficou acertado que a destinação de recursos para educação e saúde em contratos antigos de exploração só valerá quando se tratar da parcela do governo federal. Os recursos que vão para os cofres estaduais sofrerão essa divisão somente nos casos em que os contratos são posteriores a 3 de dezembro de 2012.

Foi mantido o gatilho que vincula a aplicação de 50% dos recursos do Fundo Social ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) - 7% do Produto Interno Bruto para a educação em 5 anos, e 10%, em 10 anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ficha Limpa. O plenário do Senado também aprovou ontem uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estende a todos os ocupantes de cargos públicos as exigências da Lei da Ficha Limpa. Esse é um dos 17 projetos listados como prioritários pelo presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), na semana passada, numa agenda positiva de reação do Legislativo às manifestações que tomaram conta do país.

A proposta, que vai seguir agora para a Câmara dos Deputados, proíbe que pessoas tomem posse ou exerçam função pública caso tenham sido condenados por decisão definitiva de órgão colegiado da Justiça por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e abuso de autoridade, conforme prevê a Lei da Ficha Limpa. A norma, aprovada em 2010, criou uma série de regras que impedem pessoas a se candidatarem a cargos eletivos.

Na votação da noite de ontem, o líder do PMDB no Senado e relator da proposta, Eunício Oliveira (CE), apresentou um substitutivo em que ampliou a vedação para servidores efetivos - inicialmente a proibição era apenas para ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.